

**DISTRITOS MUNICIPAIS
BRASILEIROS: ANÁLISE ENQUANTO
E ATRAVÉS DAS ESCALAS
GEOGRÁFICAS**

*BRAZILIAN MUNICIPAL DISTRICTS:
ANALYSIS WHILE AND THROUGH
GEOGRAPHICAL SCALES*

*DISTRITOS MUNICIPALES BRASILEÑOS:
ANÁLISIS COMO Y A TRAVÉS DE LAS
ESCALAS GEOGRÁFICAS*

MARYNA VIEIRA MARTINS ANTUNES
Doutorando em Geografia – Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Presidente
Prudente/SP.
E-mail: antunes.maryna@gmail.com

**ROSÂNGELA APARECIDA DE MEDEIROS
HESPANHOL**
Departamento de Geografia – Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Presidente
Prudente (SP)
E-mail: medeiroshespanhol@gmail.com

Resumo: O objetivo do artigo é realizar uma reflexão sobre as possibilidades de entendimento dos distritos municipais por meio do conceito de escala geográfica em diferentes perspectivas e interpretações. A partir de revisão bibliográfica e de pesquisa de campo, abordamos sua construção como uma escala oficial do Estado brasileiro, sua condição como uma “escala esquecida” do ponto de vista da gestão e do planejamento estatal, e debatemos a perspectiva da “política de escalas”. Concluimos que os distritos municipais podem ser analisados *enquanto* uma escala e *através* das escalas à medida que se interroga sua constituição oficial, suas consequências do ponto de vista do planejamento e as possibilidades de superação dos problemas e limitações, conceituais e para a população, dessa escala.

Palavras-chave: distritos municipais, escala geográfica, política de escalas.

Abstract: The objective of this article is to discuss the possibilities of understanding of the municipal districts through the concept of geographic scale in different perspectives and interpretations. We approach its construction as an official scale of the Brazilian State, its status as a "forgotten scale" from the point of view of state planning and management, and we debate the perspective of "policy of scales". We conclude that municipal districts can be analyzed *as a scale* and *through scales* as their official constitution is questioned, its consequences from the point of view of planning and the possibilities of overcoming problems and limitations, conceptual and for the population, of this scale.

Keywords: municipal districts, geographic scale, politics of scale.

Resumen: El objetivo del artículo es debatir las posibilidades de entendimiento de los distritos municipales a través del concepto de escala geográfica en diferentes perspectivas e interpretaciones. Abordamos su construcción como una escala oficial del Estado brasileño, su condición como una "escala olvidada" desde el punto de vista de la gestión y de la planificación estatal, y debatimos la perspectiva de la política de escalas. Concluimos que los distritos municipales pueden analizarse como una escala y a través de las escalas, ya que cuestionamos su constitución oficial, las consecuencias del punto de vista de la planificación y las posibilidades de superar los problemas y limitaciones, conceptuales y para la población, de esta escala.

Palabras clave: distritos municipales, escala geográfica, política de escalas.

Introdução

Os distritos municipais brasileiros são definidos como unidades administrativas dos municípios. Do ponto de vista do planejamento urbano constituem, juntamente com os setores censitários, bairros e zonas, um tipo de divisão intramunicipal. Porém, quando analisadas algumas de suas características quanto à legislação que os regulamenta e à formação territorial brasileira, revelam-se algumas especificidades.

Uma delas é que podem ser considerados como mais uma escala de nossa divisão administrativa. O país constitui uma federação organizada em três níveis: União, estados e municípios. Um distrito é o passo intermediário para que uma vila ou povoado possa tornar-se um município. Ou seja, existe um *status* legal que diferencia um distrito municipal de um bairro ou de uma simples zona, pois há uma legislação específica que regulamenta a existência dessas unidades territoriais. Posto isso, para compreendê-los é necessário conhecer tal legislação, seu contexto de implantação, intencionalidades e consequências políticas e espaciais.

Outro ponto a ser ressaltado em relação aos distritos municipais é que, apesar de se estabelecerem oficialmente como unidades administrativas, isso não significa dizer que existem políticas públicas destinadas exclusivamente a eles, sobretudo quando consideramos realidades não metropolitanas e/ou rurais. Há, dessa maneira, um descompasso entre a intencionalidade e as práticas e funções exercidas nestas unidades, que deve ser explicado a partir tanto do entendimento das fissuras da própria organização territorial do país, quanto das características que os distritos apresentam, como o baixo número populacional e de dinamismo econômico.

Por último, coloca-se o debate das espacialidades presentes nos distritos municipais produzidas por meio dessas características e de outras facetas que podem ser encontradas em espaços sob essa denominação e de suas relações com outros espaços, ou seja, na escalaridade que os atravessa. Por isso, argumenta-se, com base nos elementos elencados, que para a análise dessas unidades, o conceito de escala é fundamental.

Sendo assim, este texto se trata de uma discussão teórica dos resultados de investigação já finalizada (2016), realizada em nível de mestrado e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em dois distritos (Jamaica e Jaciporã) de um município (Dracena) do interior do Estado de São Paulo, que englobou um estudo de caso realizado em três etapas: a) levantamentos em campo e mapeamento temático dos distritos; b) elaboração e aplicação de questionário socioeconômico, sendo adotada a amostra de 30% do total de domicílios de cada um dos distritos (199 em Jaciporã e 158 em Jamaica), de modo que foi aplicado questionário a 60 e 47 moradores, respectivamente; e c) realização de entrevistas a partir da elaboração de roteiro semiestruturado com os moradores, com base nos critérios: idade – jovens (de 18 a 25 anos), adultos (25 a 60 anos) e idosos (acima de 60 anos) – e tempo de residência nos distritos – moradores antigos (mais de 30 anos de residência no distrito ou nascidos) e recém-chegados (até dois anos) e a voluntariedade em participar do estudo, resultando em treze entrevistas no total.

O objetivo foi traçado a partir de duas justificativas/motivações correlacionadas: a primeira é a evidente contribuição do conceito de escala para o tema e a segunda é a necessidade de aprofundamento de sua compreensão constatada na Geografia e áreas correlatas.

Distritos municipais: construção histórica como uma escala “oficial”

“Distrito municipal” é uma denominação genérica, sobretudo quando consideramos a heterogeneidade que constitui nosso país. Consequentemente, é fundamental estabelecer um recorte espaço-temporal para empreender uma análise dos conteúdos

que esta denominação abarca. Na introdução deste artigo pontuou-se que a questão legal é uma especificidade dos distritos, por isso é necessário fazer referência ao *Decreto-Lei nº 311* de 1938, que foi responsável por estabelecer diretrizes para a divisão territorial brasileira na época do Estado Novo (1937-1946).

Este é o decreto que inseriu no país a noção de perímetro urbano, ao estabelecer que um município é formado pelas zonas urbanas (o que está dentro do perímetro) e o rural (o que está fora) e ademais indicou sua divisão em distritos. O distrito-sede é onde se situa o poder público municipal (a prefeitura e a câmara de vereadores), sua zona urbana é o que legalmente chama-se de *cidade*. Os municípios podem ser formados por outros distritos, também compostos por zona urbana e rural, entretanto, a zona urbana de um distrito municipal não é uma cidade e sim uma *vila* que de acordo com o decreto, deveria apresentar, no mínimo, trinta moradias para o seu reconhecimento oficial.

Para melhor entender essa ideia de *reconhecimento* é preciso assinalar que, nessa época (década de 1930 e 1940), o país iniciava seu processo de urbanização. O Estado buscava não somente regulamentar o território nacional, como estimular o “desenvolvimento” por meio das chamadas políticas de modernização. Logo, formalizar um distrito municipal significava reconhecer um povoado, uma aglomeração (de população, ruas, construções) que possuía o *potencial* para tornar-se uma sede urbana. Também denominados de povoados, estavam relacionados à interiorização da economia.

Roberto Lobato Corrêa (2000) explica que, com base no conceito de formação econômico-social, Milton Santos teceu o de formação espacial. Desde a teoria marxista, Santos (1977) propôs o

estudo das formações econômicas e sociais como uma possibilidade de se conhecer uma sociedade em suas frações e em sua totalidade e, no mesmo sentido, de comparar as similaridades entre distintas sociedades e reconhecer, em cada uma delas, as especificidades internas.

A partir disso, Corrêa (2000) indica que no Brasil, embora com gêneses anteriores, convivem atualmente três formações espaciais – distintas e integradas entre si no que o autor chama de “diversidade na unidade”: uma “formação espacial fundada na grande propriedade rural, outra na pequena propriedade rural dos imigrantes europeus e, finalmente, uma terceira que é a formação espacial da fronteira” (p. 128).

Os dois primeiros tipos foram caracterizados pelo autor considerando a estrutura fundiária e a rede urbana: na formação espacial fundada na grande propriedade rural há um menor número de centros urbanos e um maior espaçamento entre eles e cidades de elevada importância regional, exatamente por serem capazes de drenar a renda rural. Já na formação espacial fundada na pequena propriedade rural existe uma maior quantidade de centros urbanos e forte hierarquização. As pequenas cidades, típicas desta formação, apresentam reserva de mão-de-obra, ao mesmo tempo em que perdem população (CORRÊA, 2000).

No caso da formação espacial da fronteira, uma de suas feições é a transitoriedade. Este tipo, que acompanha a história brasileira há muito tempo, qualifica uma porção do espaço num dado período e em momentos posteriores, outras porções passam pelos mesmos processos. Podemos considerar, desse modo, esta formação como uma matriz na qual se instalam as demais. Isso acontece porque, explica Martins (1996, p. 25), as relações sociais e políticas

estão marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras “não ou insuficientemente ocupadas”.

O povoamento do interior brasileiro – para além da fachada atlântica – se deu por distintos processos como: o bandeirismo (século XVI) que, embora despovoador, por seu caráter de extermínio das populações indígenas, permitiu um considerável reconhecimento do território; a interiorização das grandes propriedades pastoris, este mais restrito ao interior nordestino nos séculos XVII e XVIII; a mineração em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso no século XVIII; e as missões religiosas ao longo de todo o período colonial (PETRONE, 1970).

Entre os séculos XIX e XX, os movimentos de interiorização passaram a se relacionar a novas características da expansão capitalista e inserção do país na divisão internacional do trabalho, entre as quais citam-se o deslocamento do centro econômico do país da Região Nordeste para a Sudeste, tendo como atividade propulsora a industrialização paulista. Já na atualidade, a Amazônia é considerada a “última grande fronteira” do país.

Um aspecto básico da formação espacial da fronteira é o deslocamento demográfico de agricultores, pecuaristas ou extrativistas – de acordo com as diferentes atividades econômicas que orientam o movimento – empreendedores, comerciantes, instituições públicas – desde escolas até representantes do poder político e jurídico –, igrejas e cidades (ou processo de urbanização), se somando a isso, o conflito com populações não reconhecidas oficialmente como proprietárias das terras em interesse (MARTINS, 1996).

A justificativa desse recorte temporal para o estudo dos distritos municipais é que a expansão territorial das atividades

econômicas contribui para a fundação de povoados, já que esses movimentos necessitam de pontos de apoio para se efetivarem. Além disso, os novos habitantes carregam consigo seus modos de vida, dotando esses núcleos de diversas funções – como comercial, religiosa e de lazer.

Quando se associa as sedes dos distritos municipais às ideias de povoado, formação espacial da fronteira e indica-se que seu embasamento legal é o Decreto-Lei 311 de 1938, deseja-se evidenciar que o Estado impõe uma visão específica de espaço. Nesse caso, como *tabula rasa* para suas ações, não importando suas especificidades, características naturais e tampouco as populações originárias. Existe uma clara intencionalidade em cada um desses “níveis” criados. Assim, quando pensamos em município, estado ou região a partir da perspectiva do Estado, devemos *historicizar* essas expressões para identificar o que é esperado em termos de suas funções no contexto maior que é o país ou a escala nacional.

Reconhece-se, desse modo, uma *noção de escala* presente na ação do Estado. Por *noção* entende-se “uma ideia utilizada em diferentes matrizes científicas discursivas” (MELAZZO, CASTRO, 2007, p. 135). A escala como *noção* é o sentido que está mais próximo da escala cartográfica, ou seja, da representação. Designa uma medida comum para todas as partes de um todo: “[...] A escala aparece, ainda, como uma estratégia de reprodução de uma realidade anterior e já dada, restando a quem a mapeia a tarefa de reproduzi-la” (p. 136). E se a realidade é dada anteriormente, ela também seria imutável, indicando, assim, uma perspectiva de espaço receptáculo e sem historicidade.

Para fins de uma rápida diferenciação, a escala cartográfica, como explica Souza (2013): “[...] consiste, simplesmente, na relação

matemática que existe entre as dimensões de um objeto qualquer no mundo real e as dimensões do desenho que representa esse mesmo objeto” (p. 179-180). A escala geográfica, quando a compreendemos como um conceito – para além de uma noção –, está longe de uma relação exata entre o real e as maneiras como se pretende representá-lo, ou seja, existem questões complexas que, mesmo não explícitas, se fazem presentes quando dizemos que algum problema é “regional” ou se dá em “nível global”.

Isso não quer dizer que despreza-se ou minimiza-se a importância da escala ou da representação cartográfica, pois a distinção serve para marcar que se tratam de questões de outra natureza. Como Racine, Raffestin e Ruffy (1983, p. 124) afirmam, “a cartografia é um instrumento disponível, mas não é a ‘Geografia’” e tal como Massey (2008, p. 161), ao analisar um mapa, parafraseia a famosa frase do quadro de Magritte e diz “Ceci n’est pas l’espace”, a escala geográfica está além da representação, é um elemento concreto da própria extensão ou magnitude do espaço (SOUZA, 2013).

Tal indistinção ou confusão costumeiramente é apontada como uma das razões de não haver debates aprofundados sobre o tema na Geografia. Trata-se também de uma das heranças da Geografia Clássica, evidente na divisão entre as “geografias regionais” e a “Geografia geral”: de um lado, se estuda os países e as regiões e, de outro, se estuda o globo, com pouco foco nas suas interações (BAHIANA, 1986). Essa Geografia baseava-se num sistema rígido e fechado de escalas, que permanece até a atualidade, não somente no âmbito científico, mas bastante enraizado nas políticas públicas e no senso comum. É o que Souza (2013) denominou de “quarteto” de referenciais espaço-escalares: local, regional,

nacional e global, que são interpretados por si só, escondendo o caráter de construto que possuem e, assim, relacional, tanto no que diz respeito ao modo de analisá-los quanto às próprias diferenças que existem no espaço.

É a tão criticada ideia da boneca *Matrioska*, na qual o espaço é composto por partes que se encaixam de maneira hierarquizada, ainda que pouco se revele da relação entre elas. O espaço é visto como um receptáculo das ações humanas, o que é contrário à perspectiva da *produção do espaço*, como argumenta Carlos (2009, p. 80): “esse caminho permite superar a noção de “meio”, que surge reduzida à condição de localização dos objetos, dos atos e ações em seu conjunto na superfície terrestre”.

A ideia de produção do espaço, explica a autora, possui uma dimensão filosófica – “[...] a noção de produção nos coloca diante da ‘produção do próprio homem’” (CARLOS, 2009, p. 78) – e um de seus preceitos fundamentais é a *historicidade*, um meio para a superação do que Kosik (1963) chamou de *pseudoconcreticidade*. Este conceito refere-se ao complexo de fenômenos que habitam o cotidiano, o senso comum, e devido a sua regularidade, imediatismo e suposta evidência ganham um aspecto independente e natural na consciência dos seres humanos. É o que acontece muitas vezes quando se considera as desigualdades espaciais, o subdesenvolvimento ou a ideia de áreas ou regiões “atrasadas”.

A historicidade, nesse sentido, é a negação do mundo de objetos fixados “[...] que dão a impressão de ser condições naturais [...]” e não “[...] resultados da atividade social dos homens” (KOSIK, 1963, p. 15). Ou seja, trata-se justamente de uma negação do espaço como um dado pronto. Por consequência, ao analisarmos as escalas geográficas também devemos perceber sua produção, num sentido

amplo, “[...] para além de sua dimensão econômica e da produção de mercadorias e produtos *stricto sensu*” (CARLOS, 2009, p. 80).

Destarte, para a compreensão do espaço, a noção de produção permite:

[...] considerar o movimento que vai da ‘diferenciação espacial’, como análise das particularidades dos lugares, ao estudo da prática sócio-espacial como conteúdo do lugar, revelando a condição objetiva da existência humana em suas alienações” (CARLOS, 2009, p. 80).

Para a análise da escala geográfica, essa perspectiva permite considerar o movimento que vai da “divisão do espaço” em localidades, regiões ou nações para a compreensão da construção da escala geográfica como um processo social: “a escala é produzida na sociedade e mediante a atividade da sociedade que, por sua vez, produz e é produzida por estruturas geográficas de interação social” (SMITH, 2000, p. 139).

Trata-se de uma maneira de avançar na crítica ao sistema de escalas fechado. Nesse sentido, há dois pontos problemáticos que podemos debater: as relações global/local, para além de uma oposição ou unidimensionalidade e entre o geral/particular, ou seja, a complexa relação partes-todo e o que se compreende por *totalidade*. Questão tão problemática na análise social que Kosik (1963) já afirmava a degeneração do conceito “[...] em duas banalidades: que tudo está em conexão com tudo, e que o todo é mais que as partes” (p. 42).

De acordo com Santos (2002), a discussão da totalidade na Geografia ainda pode ser considerada tímida com alguns poucos esforços para incorporar o conceito na disciplina. Entretanto, para o autor, a totalidade tem potencial explicativo altíssimo para a análise

geográfica “[...] como categoria analítica capaz de ajudar a construir uma teoria e uma epistemologia do espaço geográfico” (p. 115). Por esse ângulo, deve-se partir da totalidade concreta para compreender as relações entre “a Totalidade-Mundo e os Lugares” (p.115), o que é realizado através de uma cisão desta totalidade, revelando o movimento entre o universal e o particular: “o real é processo de cissiparidade, subdivisão, esfacelamento. Essa é a história do mundo, do país, de uma cidade... Pensar a totalidade, sem pensar a sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento” (SANTOS, 2002, p. 118).

Por isso, a escala deve ser um meio de alcançar essas relações, o movimento, a totalidade e não de nos afastar delas. Daí o risco de se adotar as “escalas oficiais” sem o rigor científico necessário. A escala como noção remete às práticas de divisão do espaço ou de sua leitura como dividido que encontramos na própria definição de distrito municipal adotada pelo Estado brasileiro. Tal perspectiva foi corrente em parte considerável da Geografia Tradicional e da Neopositivista, que influenciou o planejamento via Estado de muitos países, como o Brasil em meados do século XX.

É o que se observa na divisão territorial do nosso país, que utiliza um único modelo para todos os estados e regiões, independentemente de suas características específicas. Importantes e extensos debates podem ser realizados, por exemplo, a respeito do que é a escala municipal no Rio Grande do Sul ou em Minas Gerais e o que ela representa em estados da região Norte, ou ainda sobre a própria concepção de região e suas variações (grandes regiões, microrregiões, problemas regionais). O que igualmente afirma-se dos distritos municipais: uma *escala oficial* criada com uma intencionalidade, num contexto específico e que implica em algumas consequências, que serão debatidas na próxima seção.

Os distritos municipais como a “escala esquecida”

A escala como noção, a qual é dada *a priori* e se explica por si só, pode esconder que ela carrega um modo específico de conceituar o espaço. Assim, além de superar essa visão, é frutífero também desvendar seu embasamento, até mesmo como um ponto de partida para compreender a realidade concreta que ela também contribui para produzir. No mesmo sentido, outra crítica fundamental à escala como noção é que cada processo social deve ser analisado por sua própria escala, selecionada de maneira coerente em relação ao objeto a ser estudado, objetivos ou perspectiva teórica ou ainda que um mesmo fenômeno pode ser analisado sob diversas escalas. Ou seja, é necessário um tratamento conceitual específico para a escala na Geografia (MELAZZO, CASTRO, 2007).

Embora o objetivo por parte do Estado ao delimitar um distrito municipal seja o de formação de (ou estímulo a) um núcleo urbano ou de uma sede de município (cidade na legislação brasileira), muitos distritos municipais permanecem na atualidade exercendo outras funções, mesmo em condições de estagnação econômica e populacional. A questão da escala geográfica é fundamental para compreender espaços com essas características, pois, suas dinâmicas extrapolam a “questão local” a que são relegadas (numa perspectiva fechada de espaço em que os lugares e suas características explicam-se por si mesmas), sendo assim, não podem ser interpretados de maneira desvinculada ou mesmo oposta às dinâmicas globais (ou de outras escalas mais amplas).

A visão de espaço pronto para receber as divisões e a naturalização destas, que é realizada com uma intencionalidade, traz como consequência, quando esta não se cumpre, a naturalização

também de sua condição atual. O Decreto-Lei 311, que foi um dos principais parâmetros para a criação de municípios no período entre as décadas de 1930 e 1990, é fortemente carregado de um caráter evolucionista sobre o espaço. Exemplo disso é a noção naturalista de “embrião urbano” que nele comparece e está implícita a ideia de que um povoado tende a tornar-se uma cidade, pois este é o “caminho natural” para esse tipo de aglomeração (AZEVEDO, 1970, p. 240).

Nesse período, os povoados eram considerados “formas incipientes de urbanismo” (BECKER, 1978, p. 111). Daí a associação da ideia de povoado a de distritos municipais, uma vez que uma estratégia para fortalecer os núcleos em formação era requerer seu *status* como sede de distrito, ao mesmo tempo em que criar um distrito é reconhecer um núcleo de população concentrada. Percebemos, então, que na própria concepção legal de distrito está implícita a noção de povoado e esta traz a ideia de povoado como um “embrião urbano”.

Porém, mesmo com a noção de que a “evolução” destas formas até a condição de cidade era implícita e natural (e, de fato, a formação de povoados constitui a história de muitas cidades e municípios brasileiros), há distritos na atualidade que “persistem” em seus “estados intermediários”: reconhecidos como distritos, porém não se tornando cidades ou sedes. É notório que esses casos questionam a perspectiva essencialista, em que o espaço é pré-existente e não fruto de diferentes relações, pois estes contrariaram a intencionalidade com a qual foram criados.

Os problemas da escala como noção se evidenciam, assim, na própria falta de atenção dispensada a eles pelo Estado que outrora os regulamentou. Isso levou Monastiky *et al* (2009) a cunharem a expressão “escala esquecida”, a partir de uma negligência constatada

inclusive nas Ciências Sociais e na Geografia, que se manifesta no âmbito do planejamento estatal: “[...] diante desse quadro, não deve causar estranhamento que as próprias políticas públicas de todos os níveis político-administrativos ainda não tenham focado devidamente as necessidades e demandas das comunidades distritais” (MONASTIKY *et al.*, 2009, p. 09).

Os autores analisaram as queixas de moradores de distritos municipais da Região dos Campos Gerais (área de influência de Ponta Grossa/PR) em relação a serviços e infraestruturas básicas: energia, água, tratamento de esgoto, comunicações, transportes, equipamentos de lazer/entretenimento/cultura, serviços públicos de saúde, correio, internet, segurança, etc., em síntese, demandas por condições mínimas de qualidade de vida (MONASTISKY *et al.*, 2009). No mesmo sentido, Bremaeker (1993), em sua pesquisa sobre a emancipação de municípios (elevação do nível de distrito ao de município), levantou que, entre as razões pontuadas para iniciar o processo emancipatório, o “descaso por parte da administração do Município de origem” (p. 05) foi indicado por 62,9% dos 62 prefeitos participantes.

Esse descaso ou esquecimento por parte da gestão pública (do nível municipal ao federal) também foi identificada por nossa pesquisa de mestrado em Jamaica e Jaciporã (distritos do município de Dracena-SP, Região Oeste do Estado de São Paulo). Embora não necessariamente relacionada ao desejo de uma possível emancipação, havia uma clara percepção por parte dos moradores e moradoras de que os distritos municipais recebiam pouca ou nenhuma atenção das prefeituras.

Quando Souza (2013) explica que a visão ainda corrente entre pesquisadores e planejadores a respeito do espaço inclui uma

interpretação das escalas como fechadas, ou seja, da realidade como dividida em “camadas” nas quais os sujeitos se inscrevem, camadas capazes de influenciar a vida desses sujeitos, mas pouco influenciadas por eles, pode-se interpretar que muitas vezes a condição dos distritos municipais é naturalizada – ou seja, vista pela ótica da *pseudoconcreticidade*.

O “esquecimento” pode representar também um fechamento, sua circunscrição a uma “escala local”. Isso remete a uma associação de *local* a *pequeno*, entretanto, mais importante que o número absoluto (seja de habitantes ou negócios), são as relações que os espaços estabelecem com outros espaços e o controle dessas relações exercidos pelos sujeitos e instituições.

Koga (2016) recomenda que no Brasil deve-se sempre considerar a dimensão continental e as contradições, que levam a uma mistura de “graúdos e miúdos”: grandes cifras que escondem/revelam pequenos números. O exemplo trabalhado pela autora é o número colossal de “cidades” (nos termos legais, ou seja, sedes de município) existentes no Brasil: 5.570, das quais 70% apresenta uma população inferior a 20 mil habitantes. A desigualdade de distribuição da população pelo país não pode ser explicada por um “voluntarismo”, pois trata-se de condições materiais que implicam nessas discrepâncias e, por consequência, terminam também por revelar desigualdades de poder: seja no acesso a serviços básicos ou na participação da vida política do país.

Brandão (2004), ao estudar abordagens clássicas ou conservadoras de desenvolvimento, assinala que estas possuem uma visão de local como “espaço-plataforma”: “inerte, dotado de contiguidade, um plano geométrico, onde cristalizariam as aglomerações humanas e agrupar-se-iam certas atividades

econômicas” (p. 44). Logo, o desenvolvimento é algo externo, que se espalha das áreas desenvolvidas para as não-desenvolvidas. Essa é a visão presente no planejamento de caráter centralizador, que indica que a escala local é passiva diante da escassez de recursos materiais ou humanos, tornando-a dependente das escalas regional ou nacional.

Todavia, essa interpretação, desde meados dos anos 1980, vem sendo criticada e substituída por uma concepção inversa: o local teria um poder ilimitado. Considerando o contexto da globalização, prega-se que vivemos numa era de destruição das escalas espaciais *intermediárias* – o regional e o nacional – e de bipolarização entre o global e o local, que demandaria apenas políticas “monoescalares”, ou seja, nas quais o local é o ponto de partida “comunitário, solidário, em ambiente de alta sinergia associativa do seu ‘capital social’, e que poderia acionar e se conectar à rede dos fluxos globalizados” (BRANDÃO, 2004, p. 01).

No Brasil, essa perspectiva influenciou a descentralização político-administrativa que marcou o período pós-promulgação da Constituição Federal de 1988. No nosso já referido trabalho nos distritos de Dracena/SP identificamos que o aumento das atribuições dos municípios contribuiu para a manutenção da população, indicando até um (ainda que tímido) crescimento populacional nos distritos em decorrência da implantação de novos serviços públicos nas sedes distritais. Em especial a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), com a instalação de postos de saúde durante os anos 1990, atraiu a população das áreas rurais vizinhas, decorrendo muitas vezes em sua fixação.

Ainda que os postos de saúde ofereçam apenas atendimento intermitente para os moradores, eles se constituem em instância

necessária para conseguir os encaminhamentos médicos oferecidos na sede do município. Além disso, tornaram-se “ponto de encontro” para a população, inclusive de onde o transporte oferecido pelo poder municipal leva os moradores até a sede. Aos postos de saúde somam-se as subprefeituras, os correios e as instituições de Ensino Básico (Infantil – Fundamental) e os equipamentos públicos de lazer: campos de futebol, bocha e os “parquinhos” infantis.

O funcionamento dos serviços públicos nos conduz a refletir que no período pós-1988, a escala distrital pôde, neste caso, ser reconhecida como uma possibilidade para atuação do poder público, de maneira menos significante se comparada à municipal, evidentemente. Além disso, identificamos que este fator contribuiu para o fortalecimento de iniciativas coletivas, comunitárias e privadas voltadas aos distritos, pois colaborou para atrair a população das demais áreas rurais circundantes.

A presença do Estado, compreendido como o poder institucionalizado, é verificada nos distritos a partir das instâncias federal, estadual e municipal. A legislação é uma de suas maneiras de atuação. Para Santos (2002), a lei pode ser considerada um meio de ação cristalizado “[...] que vem do passado e se impõe no presente [...] (p. 47)”. A delimitação do perímetro urbano em cada um dos distritos, por exemplo, implica em algumas determinações que acabam por diferenciá-los de certa maneira dos demais espaços rurais do município. Entre elas pode-se elencar: a cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU); o reconhecimento enquanto possíveis locais para a instalação de benfeitorias e instituições públicas; e, por outro lado, a permanência de algumas instituições, como as escolas de Ensino Infantil e Fundamental – o que é bastante relevante quando lembramos que parte considerável

das escolas rurais teve suas atividades encerradas – e a manutenção das subprefeituras.

Os programas de Assistência Social também evidenciam o comparecimento dos níveis federal e estadual. Já a atuação do poder municipal se dá principalmente por intermédio das subprefeituras, e, além da redistribuição e repasses das demais instâncias no que diz respeito à saúde e educação, sua ação está limitada à manutenção das vias públicas e fornecimento de transporte.

Todavia, a existência desses serviços refere-se a problemas pontuais e não anula o sentimento de “esquecimento” dos moradores, cujas queixas centram-se em questões estruturais (e multiescalares) da sociedade brasileira como moradia, geração de empregos, mobilidade, educação, tratamento de esgoto, asfaltamento, além da própria melhoria e expansão do que já está em funcionamento nas sedes dos distritos, como a necessidade de atendimento médico mais frequente nos postos de saúde.

Se em uma visão conservadora o local deve “esperar a sua vez”, pois o desenvolvimento visto de maneira linear inevitavelmente o alcançaria, a interpretação localista coloca a escala local como a responsável por criar as condições para a disseminação das forças globais (numa perspectiva desenvolvimentista também naturalizada). Novamente as desigualdades espaciais são ignoradas e as hierarquias na geração e apropriação de riqueza que são impostas em diferentes escalas negadas. Brandão (2004) explica que, apesar de uma suposta valorização do espaço (território) ou da dimensão espacial do desenvolvimento, essa perspectiva banaliza questões estruturais e dá lugar a um *voluntarismo*.

Mas, afinal, o que pode o poder local? É a pergunta que Vainer (2002) faz ao analisar o dualismo que surge com a degradação

do paradigma do desenvolvimento nacional (centralizador): localismo x globalismo. O último empenhado numa imagem de sociedade global acredita que a ação política só é eficiente quando alcança essa escala, indicando a incapacidade dos estados nacionais de agenciarem o desenvolvimento de suas nações. Aqui novamente o local é considerado desprovido de força política, mas não por uma dependência das outras escalas, como na visão conservadora, mas pela inaptidão de gerir os “grandes processos” da globalização.

O localismo, embora postulando que a gestão do global deva ser local, também questiona a escala nacional – considerada intermediária: pequena para os processos econômicos generalizados e grande para a organização política pluralizada. Além disso, ambas as interpretações ignoram a transescalaridade da globalização ao colocarem o global e o local como forças opostas, e não complementares.

Quando se fala em *global* é fácil uma associação às dinâmicas internacionais que se dão numa grande extensão (planetária) ou de *nacional* às fronteiras internas dos países, às áreas de influências dos Estados modernos. Porém, cada vez que o termo *local* está em pauta, uma definição rápida e simples aparenta-se mais dificultosa e o debate torna-se ainda mais problemático. Não que as outras escalas sejam de fácil compreensão ou que não demandem análise rigorosa, mas como Vainer (2002) explicita, citando Duncan e Savage (1989), tal dificuldade levou a noção de local a tornar-se “auto evidente” – como se fosse compreensível a todos os ouvintes, por isso, de dispensável definição.

Todavia, há tantos significados e usos para local ou localidade até mesmo contraditórios, que a “pesquisa local” pode tornar-se “irritante”. Contudo, o termo é cada vez de uso mais

corrente, inclusive por agências multilaterais e governos nacionais. Outro problema para além da polissemia é o espaço em sua multiplicidade que não permite a redução a uma única definição, já que as diferenças das formações territoriais exigirão diferentes significados para local. Isto é, como assimilar sob um mesmo conceito realidades como as comunas francesas, as *cities* americanas, os *pueblos* latino-americanos, as aldeias asiáticas ou os municípios brasileiros?

Nesse sentido, é preciso avançar em sua compreensão a partir de um tratamento conceitual, não apenas dessa, mas de todos os termos que se relacionam à questão das escalas geográficas. De acordo Melazzo e Castro (2007), a interpretação da escala como um conceito é a posição de entendê-la como uma elaboração teórica e não um dado pronto. Essa visão congrega avanços realizados em diferentes perspectivas no sentido de superar a escala como noção e de se posicionar diante de questionamentos que o tema impõe.

A perspectiva da “política de escalas”

As construções teóricas de escala costumam distanciar-se de sua redução a medidas, proporções ou a elaborações relacionadas à linguagem matemática e se aproximar do debate da produção de oposições, fronteiras e limites dos processos sociais (MELAZZO, CASTRO, 2007). Uma atitude que quebre com as heranças da escala como noção pode ser empreendida num foco maior na relação entre os limites estabelecidos do que no limite em si, nas relações entre as escalas do que em sua precisão. Brenner (2013), em diálogo com Swyngedouw (1997), chamou essa atitude teórico-metodológica de *escalamento* e *reescalamento*.

O autor explica que as escalas podem ser interpretadas como “resultados temporariamente estabilizados de diversos *processos* socioespaciais, que devem ser teorizados e investigados nos seus próprios termos” (BRENNER, 2013, p. 209 [grifos do autor]), assim, são os processos, mais do que as escalas em si, que devem ser o foco das análises teóricas.

Por isso, além de problematizar o que é a “escala distrital” e seus significados na realidade brasileira, é preciso compreender esses espaços em suas interações com outros, entendendo assim que as escalas são produzidas nessas relações, portanto, não podem ser lidas como estáticas, fixas ou permanentes. Logo, fica evidente que a escala como conceito e construção relacional é uma ferramenta a favor da noção de totalidade e a escala como noção um entrave.

Mais que um artifício metodológico que dá visibilidade ao real, a escala pode ser em si mesma um objeto de análise. Ainda que, como alerta Brenner (2013), os conceitos escalares sejam fundamentais para a compreensão da realidade, não excluem outros e, portanto, não podem ser confundidos com espaço, lugar, territórios ou redes.

Alguns geógrafos vêm se preocupando em: “[...] construir uma gramática conceitual apropriada para representar o caráter processual, dinâmico, e politicamente contestado da escala geográfica [...]” (BRENNER, 2013, p. 207). Como sintetiza Souza (2013), uma dessas construções é perspectiva da “política de escalas”, mais difundida na geografia britânica e estadunidense, que busca evidenciar como as escalas são articuladas e socialmente construídas.

Dentre diversos autores que contribuem para esse entendimento de escala, está Smith (2000), a partir das concepções

de “construção ativa das escalas” e de “saltos escalares”. Escala é definida como “uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação” (p. 142). O autor explica que a produção de cada espaço implica na produção da escala, que funciona como critério de diferença, resultando na quantidade e qualidade das relações que exercem com outros espaços (aqui, portanto, está explícito o conceito de espaço relacional).

Nos distritos municipais, os moradores estão envolvidos em processos que limitam suas interconexões a um número reduzido de lugares em relação, por exemplo, a centros regionais, que apresentam mais interligações, ainda que, igualmente, outros movimentos limitem sua escala, por isso constantemente precisam estabelecer estratégias para a superação desses limites.

A escala, além de se comportar como uma materialização ou solidificação espacial de forças e processos sociais, também os gera ativamente: “[...] escala *contém* a atividade social e, ao mesmo tempo, proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social *tem lugar*” (p. 144 [grifos do autor]). A escala é capaz de demarcar o espaço da luta social, define fronteiras, limita identidades, evidencia onde determinado controle social é exercido e contestado (SMITH, 2000).

Retomando o argumento de que as áreas estagnadas tendem a ser compreendidas como responsáveis por sua própria estagnação (que é uma visão essencialista do espaço), a falta de atenção destinada aos distritos municipais do ponto de vista da gestão do território pelos poderes públicos (municipal, estadual e federal), permite a interpretação de que a visão oficial é a de que não caberia nenhum tipo de planejamento específico para esses distritos que viesse a contribuir para a superação dessas condições.

Uma vez que, com a delimitação da categoria distrito municipal há uma intencionalidade pré-determinada que é o desenvolvimento de um centro urbano (ou sede municipal), quando esta não se cumpre (por diferentes razões que não podem ser pensadas apenas na escala local), já não há mais respostas do ponto de vista da gestão pública, que passa a interpretá-los como fracassados em seu objetivo principal.

Ao debater a questão do poder municipal, Endlich (2006) explica que, em pequenas cidades, a sociedade local se estabelece por meio de vínculos e significações construídas cotidianamente, o que gera as especificidades nas políticas locais, marcadas pelo estreitamento e pessoalidade, o que termina por fazer prevalecer os interesses em comum e haver pouco espaço para demandas conflitivas, sendo que estas costumam entrar em cena apenas nas ocasiões de eleição. No caso dos distritos, a condição de estarem submetidos à administração central do município significa que, tanto os subprefeitos (quando o cargo existe) quanto os próprios moradores, não se apropriam do comando das dinâmicas espaciais dos distritos, o que não é exclusividade dessa escala.

Cada instituição (da municipal à nacional), respondem por escalas mais amplas de Poder. Sobre esse aspecto, Endlich (2006), com base em Smith (1992), destaca que é preciso se inserir politicamente num espaço para alcançar a atuação sobre demais dimensões geográficas: “[...] a apropriação efetiva do espaço local é condição fundamental para a sociedade atuar em outras escalas, como forma de resistência [...]”, sobretudo na atualidade “[...] em que a acumulação capitalista e sua institucionalização política adquirem um ponto inédito de controle e comando dos espaços e de suas respectivas sociedades” (ENDLICH, 2006, p. 308-309).

Além das tramas político-administrativas, há diferentes elementos que influenciam na produção da escala – que vai do corpo às fronteiras globais. Citando novamente nossa pesquisa, verificamos nos distritos estudados, considerando as características da amostra, que os moradores possuem idade avançada (cerca de 50% nos dois distritos tem mais de 55 anos), baixa escolarização (aproximadamente 55% tem apenas quatro anos de escolarização) e são, em sua maioria, constituída de mulheres (68% em Jaciporã e 73% em Jamaica), aspectos que contribuem para a restrição no alcance da escala se ponderarmos as desigualdades da nossa sociedade (SMITH, 2000).

Tais desigualdades manifestam-se, entre outros fatores, em limitações espaciais, contribuindo para imobilidades que ultrapassam as que os atingem como moradores de um pequeno distrito de maneira geral. Os idosos, quando as condições físicas se associam à pobreza, às determinantes históricas e culturais, como o analfabetismo e o preconceito etário, se veem em condições severas de exclusão. O envelhecimento coloca em risco o próprio controle da escala do corpo dos idosos, que muitas vezes são submetidos ao cuidado de terceiros, quando não ocorre o abandono.

Como Smith (2000) argumenta, a partir de autoras feministas como Simone de Beauvoir (1952), Monique Wittig (1975) e Judith Butler (1986), a escala do corpo é socialmente construída e marca a fronteira entre o “eu” e o “outro” num sentido social e fisiológico, sendo assim, esta escala é disputada socialmente e diferenças sociais são construídas com centralidade nos corpos, tais como: gênero, raça, idade e capacidade. As históricas violências e normas de gênero fazem com que as mulheres tenham que disputar a construção de suas escalas de vida desde o próprio corpo e no lar,

de modo que, os homens – via de regra – são privilegiados na construção social da escala, uma vez que podem se relacionar com maior facilidade com outros espaços no decorrer de suas vidas.

Endlich (2006, p. 420) explica que:

[...] a não-apropriação do espaço mostra-se tanto por aqueles que não mais conseguem permanecer em determinadas localidades[...] como também por meio dos que ficam, mas cuja condição social e política não alcançam intervir.

A autora, analisando as questões políticas das pequenas cidades, agravada na escala distrital em nossa perspectiva, indica que é necessário pensar em formas de atuação em escalas amplas, para que a sociedade local possa estar representada nestas dimensões.

Para Smith (2000) a escala tem uma natureza ambígua: de exclusão e restrição e de expansão e inclusão, em outras palavras, enquanto têm sua dimensão de vida e reprodução reduzidas, os grupos e sujeitos sociais têm a possibilidade de ampliar os limites impostos. Percebemos que esses limites são agravados pela condição (não autônoma) político-administrativa dos distritos, em conjunto com o baixo número de habitantes e atividades econômicas desenvolvidas e as condições sociais dos moradores.

Teló e De David (2012), numa investigação sobre o distrito de Arroio do Só (Santa Maria/RS), averiguaram que o êxodo rural implicou no empobrecimento das relações políticas devido aos obstáculos, tais como: “[...] falta de pessoas para a realização de tarefas, os limites na comunicação em função da distância entre os vizinhos e ainda o fato de o número de votos no distrito ter pouco peso em relação ao total de votantes do município” (p. 13).

Os diversos tipos de segregação e as vulnerabilidades sociais que acometem a população rural são agravados pela fraca conexão com o poder municipal, pois, como afirma Pegoretti e Sanches (2004), com base em Satterthwaite (2001), a pobreza rural não pode ser compreendida apenas pelos rendimentos da população ou seus níveis de consumo, mas também no que diz respeito ao fornecimento inadequado de serviços de saúde, de emergência, água, esgoto, escola e transporte – isto é, uma verdadeira *distância* entre os moradores e as instituições que fornecem esses serviços.

Portanto, o distanciamento espacial e político dificultam as articulações e impedem que os sujeitos sociais alcancem grande representatividade junto ao poder público. É evidente que os que vivem em distritos municipais não se excluem de nenhum tipo de política pública destinada à população de modo geral – como fica claro pela presença de alguns serviços públicos básicos, sobretudo, pós-1988 –, porém, pela condição específica dessas localidades também surgem demandas particulares que não encontram espaço para discussão na arena política do país. Nesse sentido, outro ponto que se evidencia é a questão da desigualdade de poder – até o momento falou-se do poder político institucionalizado, embora ele não esteja desarticulado e não nos impeça de pensar nos demais âmbitos que o conceito amplo de poder abarca.

Conforme nos explica Raffestin (1980), a partir das elaborações de Michel Foucault, poder não se reduz ao exercício político de um Estado. Quando o evocamos como um nome próprio – com o “P” maiúsculo, o “Poder” torna-se mais familiar, marcante e habitual, confunde-se com o Estado e mascara o “poder” – com uma minúscula. Como um nome comum é o que está presente em cada

relação, na curva de cada ação, é capcioso, penetra em todas as fissuras sociais.

É, portanto, uma perspectiva que analisa o poder para além daquilo que é maciço, visível e identificável, como o poder do Estado que limita os territórios, controla a população e domina os recursos. Isto é, onde há poder, ele opera: “Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 1979, p. 75).

Trata-se daquilo que está intrínseco em toda relação, é um processo de troca e comunicação. Raffestin (1980, p. 53) sintetiza as proposições de Foucault sobre o poder da seguinte maneira:

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder.

O poder é relacional, por isso, multidimensional. A intencionalidade reflete as finalidades imbuídas nas relações e a resistência revela o caráter dissimétrico destas. Nesse sentido, não há também uma distinção entre poder econômico, político, cultural etc., pois toda relação é um lugar de poder. Para isso, deve haver também a manipulação e controle dos fluxos que as atravessam, na qual o papel do saber é fundamental. A relação poder-saber indica

que o poder produz conhecimento, o conhecimento produz poder, num jogo de dependência/independência (RAFFESTIN, 1980).

A problemática do poder é fundamental para compreender a noção de que o espaço é produto de inter-relações, pois estas estão sempre imbuídas de poder e o poder, ele mesmo, tem sua cartografia (do corpo ao espaço global). Nesse sentido, os distritos municipais e os sujeitos identificados com esses espaços se posicionam nas geometrias de poder do tempo-espaço em situações de subalternidade e imobilidade em relação aos fluxos e dinâmicas ditas globais – ou seja, estão submetidos a processos que se dão em outras escalas geográficas e possuem pouco controle sobre estes (ALBET; BENACH, 2012; MASSEY, 2000).

Contudo, se não há poder sem resistência não podemos interpretar os distritos municipais apenas como submetidos ao que se passa em outras escalas. Para tanto, devemos compreender o que Smith (2000) chamou de “saltar escalas”: a reorganização da produção e reprodução da vida cotidiana como forma de resistir “à opressão e à exploração numa escala maior – num campo geográfico mais amplo” (p. 137). Quando analisamos os diferentes processos de exclusão que moradores de localidades consideradas estagnadas (populacional e economicamente) que estão intrínsecas nos movimentos que os fazem permanecer residindo nesses espaços, precisamos indicar que também existem resistências: “Saltar escalas permite aos expulsos dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e a reprodução da vida cotidiana” (p. 137).

A escala é um elemento relacional e, dessa maneira, contribui para entender a posição dos distritos municipais nas discussões do par global-local. Este também compreendido de

maneira relacional, ou seja, de modo que seus elementos não são vistos de maneira opostas, mas co-constituídos e posicionados em campos distintos de poder evidenciam uma relação fundamental de escalaridade. Mesmo que produzidas hierarquicamente nos jogos de poder, as escalas geográficas podem ser vistas como encaixadas, pois não é possível congelá-las e nem as analisar sem se considerar os lugares a partir dos quais são produzidas.

Em síntese, os distritos municipais são associados fundamentalmente com a escala local porque seus sujeitos enfrentam movimentos que restringem suas escalas a esse âmbito, por exemplo, as tramas político-institucionais (na escala do Estado-nação brasileiro), desigualdades geradas na expansão e desenvolvimento do modo de produção (relacionadas, por sua vez, à escala global) ou associadas aos marcadores sociais da diferença como classe, geração, raça/etnia, capacidade, gênero e sexualidade (também vinculados à diferentes escalas). Todavia, existem as possibilidades de “saltos escalares” que indicam os movimentos de resistência às opressões, exclusões ou fronteiras impostas a partir de escalas mais amplas.

Frequentemente, espaços como os distritos municipais são interpretados no discurso oficial do Estado, na mídia e em alguns setores acadêmicos por suas negatividades: estagnado (ou não-dinâmico), local (ou não-global), rural (ou não-urbano), isto é, por aquilo que “não-são”. Ao estudar a construção ativa da escala que considera as relações de poder, deve-se fazer referência à já citada relação saber-poder, o que inclui a produção de conhecimento e de discursos sobre os distritos municipais. A organização da vida dos moradores, o “saltar escalas” desvela também o desejo de reconhecimento dessa escala – pelo poder público, principalmente,

mas também por agentes privados –, o que se configura numa contra narrativa aos discursos que são elaborados sobre esses espaços, que ressaltam, sobretudo, as ausências (serviços, recursos, objetos), mais do que buscam evidenciar suas características próprias, suas particularidades.

Todavia, não se está falando aqui, novamente, em certo privilégio dessa escala em detrimento de outras, como origem e solução de seus problemas, mas do seu reconhecimento dentro de uma proposta *transescalar*. Do mesmo modo que Brandão (2004) argumenta a favor do estímulo à identidade/diversidade/diferenciação como forma de romper com forças desarticuladoras e pactos de dominação interna como um percurso, uma tarefa pedagógica junto às classes subalternas, os planejadores também devem abrir-se para aprender com essas mesmas classes através das lutas cotidianas que elas já traçam pelo (no) espaço na construção da escala.

Considerações finais

Nosso objetivo foi articular o debate sobre os distritos municipais ao das escalas geográficas, o que nos possibilitou atravessar temas como o processo de urbanização, a problemática do planejamento no Brasil, as pequenas localidades e a questão do poder local. Buscou-se evidenciar que os distritos municipais podem ser analisados *enquanto* uma escala e *através* das escalas, num movimento de interrogar sua constituição oficial (legislação e processo histórico), suas consequências do ponto de vista do planejamento (esquecimento e desarticulação política) e as possibilidades de superação dos problemas e limitações, conceituais e para a população, dessa escala (o saltar escalas).

Em cada um dos pontos trabalhados neste texto há possibilidades (e o dever) de aprofundamento, seja de acordo com a natureza dos problemas traçados para as pesquisas ou das demandas que surgem nos trabalhos empíricos, sobretudo quando se adota uma perspectiva transescalar. Ou seja, com um olhar além das escalas como fechamentos ou limites pré-estabelecidos, na qual a realidade não é composta de interações, empreendendo-se uma interpretação teórica da problemática espacial que intente abarcar a complexa relação entre as partes e o todo, ou seja, de alcançar a totalidade.

Referências bibliográficas

ALBET, Abel; BENACH, Nuria. *Doreen Massey: Un sentido global del lugar*. Barcelona, Icaria Editorial, 2012. 309 p.

AZEVEDO, Aroldo de. As cidades. In. AZEVEDO, Aroldo de. (Org.) *Brasil: a terra e o homem*. São Paulo: Nacional/Edusp, vol. II, 1970. p. 211- 282.

BAHIANA, Luis Cavalcanti da Cunha. *Contribuição ao estudo da questão da escala na Geografia: escalas em Geografia Urbana*. 200 f. 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 1-93.

BECKER, Bertha. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 40 n.1, jan-mar 1978. p. 111-122.

BRANDÃO, Carlos. O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o jogo das escalas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Desigualdades regionais*. Salvador: SEI, 2004. p. 9-37. (Série Estudos e Pesquisas, 67).

BRASIL. Decreto-Lei nº 311, de 02 de Março de 1938.

BREMAEKER, François. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. *Revista de Administração Municipal*, v. 40, n. 206, p. 88-99, jan./mar. 1993.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. *GEOUSP*, São Paulo, n. 33, 2013, p. 198-220.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da "Geografia Abstrata" a "Geografia Concreta". In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. *Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 73 a 90.

CASTRO, Iná Elias. O Problema da Escala na Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 117-140.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p-121-129, jan./jun., 2000.

ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná*. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) -Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Graal, Rio de Janeiro, 1979. 431 p.

KOGA, Dirce Ueno. Territórios e Multiterritorialidades em diálogo: entre números graúdos e miúdos In: CONSERVA, Marinalva de Sousa (Org.). *Multiterritorialidades e os desafios da proteção social no Brasil e na Europa*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016. p. 125-143.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, 1976. 230 p.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*. Rev. Sociol. USP, São Paulo, 8 (1): 25-70, maio de 1996.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papiurus, 2000. p. 177-185.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MELAZZO, Everaldo S.; CASTRO, Clóvis Alexandre. A escala Geográfica: Noção, Conceito ou Teoria? *Revista Terra Livre*, ano 23, vol. 2, n. 29, ago/Dez de 2007. p. 133-144.

MONASTIKY, Leonel Brizolla; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de; BAUCHROWITZ, Luciane; LIMA, Jardel de. “Escala Esquecida”: modernização e políticas públicas nos distritos municipais. *Temas & Matizes*, v. 8, p. 8-23, 2009.

PEGORETTI, Michela Sagrillo; SANCHES, Suely da Penha. A problemática da segregação espacial dos residentes na área rural: uma visão através da dimensão acesso e do sistema de transporte. In: II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), 2004, Indaiatuba. *Anais...*, 2004. p. 1-10.

PETRONE, Pasquale. Povoamento e colonização. In. AZEVEDO, Aroldo de. (org.) *Brasil: a terra e o homem*. São Paulo: Nacional/Edusp, vol. II, 1970. p. 127- 158.

RACINE, Jean-Bernard; RAFESTIN, Claude; RUFFY, Victor. Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, jan/mar. 1983, p. 133-145.

RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1980. 270 p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002. 384 p.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a Formação Social Como Teoria e Método. *Boletim Paulista de Geografia*. n.54. São Paulo: AGB-São Paulo, 1977. p. 81-100.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica. IN: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 132-159.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Escala Geográfica, Construção social da escala e políticas de escala. In: *Os conceitos fundamentais da Pesquisa Socio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013. p. 179-216.

TELÓ, Fabrício; DAVID, Cesar De. O rural depois do êxodo: as implicações do despovoamento dos campos no distrito de Arroio do

Só, município de Santa Maria/RS, Brasil. *Mundo Agrário*, v. 13, n. 25, 2012, p. 1 -13.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: *Cadernos do IPUR*. Rio de Janeiro: IPUR-UFRJ/DPA Editora, 2002, p. 13-32.

Submetido em: 21 de abril de 2019.

Devolvido para revisão em: 14 maio de 2019.

Aprovado em: 23 de maio de 2019.

Como citar este artigo:

ANTUNES, Maryna Vieira Martins; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Distritos municipais brasileiros: análise enquanto e através das escalas geográficas. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 530-564, jan.-jun./2019.